

Cade ataca cartel das empresas de vigilância

O governo quer acabar com o cartel das empresas de vigilância e segurança privadas. O ministério da Justiça já está investigando a situação atual do setor, acusado, em alguns estados, de participar de licitações públicas com cartas marcadas e estabelecer preços previamente combinados, no atendimento aos estabelecimentos particulares. O Departamento Nacional de Proteção e Defesa Econômica (DNPDE) está reunindo informações sobre as empresas do setor para fundamentar a abertura de processos contra a formação de cartel.

“O número de homens contratados por essas empresas é provavelmente maior que o efetivo das Forças Armadas”, afirma o presidente do Conselho Administrativo de Defesa Econômica, Ruy Coutinho do Nascimento. Ele estima que existam em torno de 200 mil pessoas armadas trabalhando no setor.

Segundo o diretor do DNPDE, Marcos Vincícius de Campos, dois casos concretos, que resultaram na instauração de processos administrativos, levaram o Cade e o DNPDE a fazer uma análise mais profunda da segurança privada. O mais recente ocorrido em Brasília foi uma licitação da Fundação Escola Nacional de Administração Pública (Enap), com indícios de ir-

regularidades. O outro aconteceu em São Paulo, quando o Sindicato das Empresas de Segurança e Vigilância do Estado, em assembléia geral, decidiu elaborar uma tabela de preços.

Orientado pelo então secretário de Administração, Carlos Garcia, o presidente da Enap conseguiu que a Polícia Militar do Distrito Federal fizesse o mesmo serviço na sede da entidade.

Pelo menos 70% do faturamento dessas empresas, acrescenta, provém do setor público. Para o presidente do Cade, o governo poderia empregar o dinheiro para reforçar seu corpo de segurança.

Já o outro processo, instaurado em 1989, está em fase final de defesa no DNPDE, devendo seguir para julgamento do Cade nos próximos dias. Partiu da Elmo Segurança e Preservação de Valores a acusação contra o sindicato paulista.

De acordo com o diretor do DNPDE, no dia 25 de maio de 1988, o sindicato e as 20 maiores empresas que prestam esse tipo de serviço em São Paulo decidiram preparar uma tabela com preços mínimos a serem praticados no mercado. Devido à concorrência, os preços cobrados se encontravam em patamares “inexequíveis”, justificava a entidade.